

REQUERIMENTO nº , de março de 2013

(Do Sr. SARNEY FILHO)

Requer a nomeação de Comissão Externa, com ônus para esta Casa, objetivando visitar a região serrana do Rio de Janeiro, para averiguar os danos sociais, ambientais e econômicos, decorrentes das enchentes, inundações e desmoronamentos, bem como verificar as providências que estão sendo tomadas no sentido de atender as populações afetadas.

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelência, consoante o art. 38, combinado como o art. 117, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a nomeação de Comissão Externa objetivando visitar a região serrana do Rio de Janeiro, para averiguar os danos sociais, ambientais e econômicos, decorrentes das enchentes, inundações e desmoronamentos, bem como verificar as providências que estão sendo tomadas no sentido de atender as populações afetadas.

JUSTIFICAÇÃO

A infeliz rotina das catástrofes ambientais, tem feito um número crescente de vítimas, a cada início de ano no nosso país. Estas mortes na maioria das vezes poderiam ter sido evitadas.

Talvez por falta de opção e, principalmente, de orientação, continua-se a ocupar as áreas de preservação permanente, tais como: as encostas instáveis e degradadas dos morros, as margens dos rios, etc.

A sequência de ocorrências, lamentavelmente, é longa e de triste lembrança. Em Santa Catarina no final de 2008, tivemos aproximadamente duas centenas de mortes, em função da ocupação desordenada de áreas de preservação permanente, morros e encostas, que vem sendo sistematicamente destruídos. No começo de 2010, as tragédias que assolaram Angra dos Reis, na passagem do Ano Novo, ceifou a vida de 126 pessoas, e, em Niterói, com o desmoronamento de parte das casas localizadas no Morro do Bumba, local onde originalmente existia um lixão, contabilizou-se cerca de 200 mortes.

No início do ano de 2011, nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e principalmente no Rio de Janeiro, foram contabilizados mais de 35.000 desalojados

e desabrigados, além de quase mil óbitos, em função das inundações e desmoronamentos.

Em 2012, os registros mostram que dezenas de vidas foram ceifadas e dezenas de milhares de pessoas foram desalojadas e desabrigadas, apenas, no Estado de Minas Gerais.

Agora, em 2013, a região serrana do Rio de Janeiro volta a ser, impiedosamente, castigada. Apenas em Petrópolis, conforme amplamente noticiado, o saldo já é de 28 mortos, dezenas de pessoas desaparecidas e cerca de 1.400 desabrigados.

Acreditamos que as causas que levaram a este quadro caótico, tem uma relação direta com a não observância da legislação ambiental, bem como ao incentivo às ocupações de áreas de risco e de áreas de preservação permanente, que o novo Código Florestal propicia, e ainda ao efeito das ações antrópicas, com consequências negativas no que diz respeito ao Aquecimento Global. Fica difícil não fazer uma correlação do aumento dos desastres ambientais com a questão das mudanças climáticas. Muitos especialistas corroboram esse entendimento, em função de interferência direta no ciclo de ocorrências e na intensidade dos fenômenos, ou seja, as tragédias estão ocorrendo com maior frequência e intensidade.

Desta forma, Senhor Presidente, independentemente das causas destas catástrofes, mister se faz, que a Câmara dos Deputados, fiel aos seus compromissos, não se omita diante de situação tão grave, que afeta, não só o meio ambiente, mas, principalmente a integridade física das pessoas.

Precisamos verificar a amplitude dos danos, bem como quais as providências que estão sendo tomadas pelo Poder Público, objetivando o atendimento as comunidades afetadas. Precisamos também verificar como os recursos públicos estão sendo utilizados. É relevante informar que, de acordo com dados do SIAFI, constatamos que para a atividade foram destinados em 2012 cerca de R\$ 5,2 bilhões, dos quais, mais de 60% eram para a resposta aos acidentes! Mas, o que chama atenção é que, apenas 23,72% destes recursos foram executados.

À luz de todo o exposto, contamos com o apoio decisivo de Vossa Excelência diante deste importante e urgente pleito, no sentido de sua aprovação.

Sala das Sessões, de março de 2013.

Deputado SARNEY FILHO
Líder do PV